



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 030/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE - SEMA E A EMPRESA
COMERCIAL HF - COMÉRCIO DE PRODUTOS
DESCARTÁVEIS E LIMPEZA LTDA-EPP.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA inscrito no CNPJ/MF sob o n. °
03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho
de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro
Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário
Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro,
casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91,
residente a Rua Dom Antonio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608,
Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14,
doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa a
empresa **COMERCIAL HF - COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E LIMPEZA LTDA-
EPP**, inscrita no CNPJ:73.905.341/0001-80, localizada a Avenida das Torres,
Nº 14, quadra 71, Bairro: Santa Cruz, CEP: 78.068-305, Cuiabá-MT,
telefone: (65) 3648-0435/3648-0433/3648-0432, representada pela Senhora
ANDRÉIA MALTAURO, brasileira, solteira, portadora do RG: 3.189.920-0
SSP/SC e do CPF: 045.698.719-33, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o
presente instrumento, em conformidade com o Processo n°. 313866/2014/SEMA,
**Pregão Eletrônico n° 034/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e
Ata de Registro de Preços N° 72/2013/ Tribunal Regional Eleitoral de Mato
Grosso**, sujeitando-se aos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e
alterações posteriores e Decreto Estadual n° 7.217/2006 e alterações, bem
como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica
para fornecer **material de limpeza e higienização, sendo álcool em gel**,
para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes
no **Edital de Pregão Eletrônico n° 034/2013/Tribunal Regional Eleitoral de**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITEMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Mato Grosso e seus anexos, Ata de Registro de Preços N° 72/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e Termo de Referência n° 72/2014 elaborado pelo setor demandante, que fazem parte integrante deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. As especificações, as quantidades e o preço para o objeto contratado são os constantes da **Ata de Registro de Preços N° 72/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**, bem como da proposta apresentada, conforme discriminação abaixo:

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
64	Álcool etílico hidratado em gel, (desinfetante de uso geral), mínimo de 65º INPM, neutro, frasco com 500 ml, validade mínima remanescente de 24 meses, com certificado INMETRO e características gerais do produto impressas na embalagem.	START	130	R\$ 3.48	R\$ 452,40
VALOR TOTAL					R\$ 452,40

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 452,40 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)**, a serem pagos parceladamente, por demanda, conforme for ocorrendo a entrega do objeto, comprovados por meio de atesto do fiscal do contrato, indicado pelo setor demandante.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.2. A **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega do produto, no período de segundas às sextas-feiras, durante o horário de expediente, na **Gerência de Almoxarifado** da **CONTRATANTE**, em **prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor demandante;

4.3. Proceder à entrega conforme prazo e condições estipuladas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e seus anexos, Ata de Registro de Preços Nº 72/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Termo de Referência nº 72/2014**, bem como efetuar a troca do produto que apresente alguma irregularidade ou esteja em desacordo com a proposta apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e verificação da referida irregularidade do produto, ficando o pagamento vinculado à efetiva troca, devendo a empresa fornecedora responder pelas divergências detectadas e, se for o caso, arcar com as penalidades previstas em lei;

4.4. Não poderá ser cobrado pela fornecedora, qualquer produto adicional relativo à entrega parcelada do objeto constante deste;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem a prévia anuência da **CONTRATANTE**;

4.6. Manter durante toda a vigência do contrato a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: "Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)", "Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)", "Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", emitida pela Secretaria da Receita Federal e "Certidão Negativa de Débito Trabalhista", emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

4.7. Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pela **CONTRATANTE**, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a atender prontamente às falhas detectadas.

4.8. Na hipótese de interrupção no fornecimento, atraso na entrega e ainda a não substituição do produto, quando este apresentar alguma irregularidade, a **CONTRATADA** ficará obrigada a encaminhar justificativa, por escrito, quando for o caso, antes de vencer o prazo de entrega ou de devolução do material que tenha apresentado a referida irregularidade ou esteja em desacordo com o **Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e seus anexos, Ata de Registro de Preços Nº 72/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**, endereçada à **CONTRATANTE**, para avaliação, que adotará as providências que se fizerem necessárias;

4.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a bens e/ou instalações da **CONTRATANTE** ou de terceiros, quando houver culpa ou dolo dos profissionais ou prepostos para executar a entrega dos produtos;

4.10. Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos nos locais e prazos definidos no **Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e seus anexos, Ata de Registro de Preços Nº 72/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Termo de Referência nº 72/2014 e neste contrato**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.11. Possuir em seu quadro de pessoal, funcionários treinados e capacitados para o manuseio dos produtos a serem entregues na Gerência de almoxarifado da **CONTRATANTE**;

4.12. Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. A entrega do produto será feita de **forma parcelada**, conforme necessidade da **CONTRATANTE**, de acordo com a descrição do produto contida neste contrato, acompanhada de **nota fiscal** correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações deste contrato;

5.2. A **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega do produto, no período de segundas às sextas-feiras, durante o horário de expediente, na **Gerência de Almoxarifado**, localizada na Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, nesta Capital, em **prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor demandante;

5.3. O objeto contratado será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresente vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregue em desacordo com as especificações exigidas.

5.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.5. A entrega do objeto ora contratado será acompanhado e fiscalizado por servidor indicado pela **Gerência de Almoxarifado** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

5.6. A fiscalização exercida na entrega dos produtos não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE FORNECIMENTO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber os produtos contratados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e seus anexos, Ata de Registro de Preços Nº 72/2013/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e neste contrato;**

7.3. A **CONTRATANTE** deverá fiscalizar a execução da entrega dos materiais, assinando e devolvendo os comprovantes ou documento fiscal, por meio de servidor designado para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

7.4. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, permitindo, inclusive, o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, caso necessário;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa fornecedora, relativamente ao objeto deste contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** conforme descrito na subcláusula 2.2, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato indicado pela **GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO /COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL da CONTRATANTE;**

8.2. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo responsável, devendo estar acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente, conforme o caso, obedecendo ainda os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º. 01/2007/SAGP/SEFAZ.

8.2.2. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.2.3. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.3. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.5. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura devidamente atestadas pela **GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO /COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL**, acompanhada da Certidão de regularidade junto ao INSS e FGTS e Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ n°. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO /COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL** para serem devidamente atestadas;

8.9. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

8.10. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

9.1. As despesas decorrentes da aquisição, do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2007
Natureza de Despesa: 3390 3000
Fonte de Recurso: 240

9.2. As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93:

a) advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação que não resulte em prejuízo para o serviço da **CONTRATANTE**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

b) aplicação de multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas hipóteses de inexecução total e de 5% (cinco por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos deste Regional, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/93;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

12.2. A critério da Administração, com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002, a empresa licitante poderá ficar impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, negar-se a dar o aceite na nota de empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2.1. A recusa da licitante vencedora em retirar a nota de empenho ou apor nesta o seu aceite no prazo assinalado será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e no edital;

12.2.2. Para fins de aplicação de penalidade, a não-comprovação de manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no certame será considerada inexecução parcial de contrato.

12.3. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com o Estado, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

12.4. Expirados os prazos propostos para a entrega dos produtos, sem que a **CONTRATADA** o faça, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela **CONTRATANTE**, incidente sobre o valor total desta contratação;

12.4.1. A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias. Após o 20º (vigésimo) dia, os bens poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando a inexecução total da contratação, com as consequências prescritas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual.

12.5. As sanções fixadas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 12.1. poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

12.6. A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após notificada por escrito, para confirmar o recebimento da Nota de Empenho e assinatura do contrato.

12.6.1. Caso não haja a confirmação do recebimento da Nota de Empenho e assinatura do contrato, no prazo do item 12.6, será aplicada multa de 10% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

12.6.2. No caso da aplicação da penalidade de multa administrativa ou de multa de mora, não recolhida aos cofres públicos, o valor será comunicado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa e posterior execução.

12.7. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO /COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL** da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados a execução do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.2.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SITÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

15.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 20 de agosto de 2014.

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica

Andréia Maltauro
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

KELLY ALMEIDA KORMANN
CPF: 823.964.001-00

NÁDIA A. C. CASTRO
CPF: 000.922.361-46